ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

CONTEXTOS HISTÓRICOS VULNERÁVEIS Processos de degradação socioambiental no frontispício da cidade de Salvador

Autores:
Ana LIcks Almeida Silva - UNIFACS - aalmeida.ssa@gmail.com
Ariadne Moraes Silva - UFBa - ariadnemoraes@gmail.com
Marcia Maria de Couto Mello - UNIFACS - mellomarcia@uol.com.br

Resumo:

Este artigo problematiza e discute a descaracterização do frontispício da cidade de Salvador/Ba enquanto elemento identitário significativo da paisagem do Centro Antigo. Uma série de transformações na configuração morfológica, ambiental e social, resultante de diferentes processos de apropriação gerados por empreendimentos imobiliários e políticas de conservação patrimonial impactaram nos aspectos físicos e estruturais e na estrutura socioeconômica, revelando um campo de disputa onde a segregação espacial é cada vez mais visível. O trabalho baseia-se em relatos de viajantes estrangeiros análises iconográficas, leituras cartográficas, aproximações antropológicas e apreensões da paisagem urbana. Verifica-se que as relações de patrimonialização se estendem aos bens arquitetônicos, urbanísticos e culturais, evocando um novo imaginário sobre a paisagem. Simultaneamente o frontispício é atravessado por práticas invisibilizadas como vivências, práticas cotidianas, resistências e acontecimentos. A degradação dessa região potencializa a vulnerabilidade dos moradores, face aos projetos de requalificação e modernização dos sítios antigos.

CONTEXTOS HISTÓRICOS VULNERÁVEIS

Processos de degradação socioambiental no frontispício da cidade de Salvador

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe problematizar e discutir a descaracterização que vem sofrendo o frontispício da cidade de Salvador enquanto um dos elementos identitários mais significativos da paisagem do Centro Antigo. Relevante conjunto arquitetônico, cultural e paisagístico, que representou a principal imagem da cidade por muitos séculos, tem sido alvo de uma série de transformações provocadas por diferentes processos de apropriação. Considerando os impactos gerados por empreendimentos imobiliários e pelas políticas institucionais de conservações patrimoniais, é premente analisar e decodificar os parâmetros sócio espaciais de produção desse território, identificando os vestígios conservados, os fragmentos, os marcos referenciais, os mecanismos de vulnerabilidade, os processos de uso e ocupação desde o período colonial, bem como as permanências, os conflitos e as coexistências.

Oferecido pela geografia, conforme cita Simas Filho (1982; 1998), o frontispício natural que divide a cidade em dois níveis denominados Cidade Alta e Cidade Baixa, foi amplamente explorado pela sua representatividade, desde os primeiros mapas cartográficos da cidade de Salvador. Na Figura 1, observa-se a mais antiga iconografia da cidade, no atlas do *Livro que Dá Razão ao Estado do Brazil*. Segundo Santos (2001) e Câmara (1989), esta teria sido a primeira *"cartografia original de Salvador"*, utilizada como ponto de partida para demonstrar a evolução física do espaço.

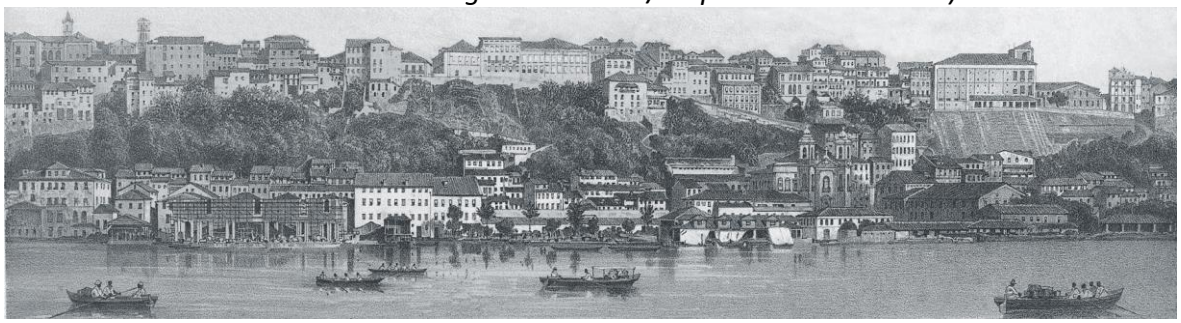
Figura 1: Pranta, da Çídade D. Salvador/ Na Bahia de Todos os Santos (cartografia manuscrita)

Fonte: MELLO, 2004, p.164

É possível observar na representação esquemática (Fig. 1), às margens da Baía de Todos os Santos, uma pequena e única faixa de terra com casas construídas exatamente na atual zona portuária, registrando o local onde se formou um núcleo embrionário da cidade, além do traçado estipulado no projeto urbano.

Das muitas imagens cartográficas produzidas em séculos passados, quase todas realçam e enaltecem as dimensões do frontispício, imprimindo-lhes uma proporção exagerada, posto que foram produzidas por profissionais europeus, que jamais pisaram o solo brasileiro (REIS FILHO, 2000; RAHY, 2002). Nos registros cartográficos ou fotográficos da zona portuária de Salvador, o frontispício se mantém ao longo dos séculos como uma visada de destaque, conforme demonstram o desenho (Fig. 2) e a fotografia datada de 1860 (Fig.3), cuja imagem iconográfica traz, claramente definido o cenário iconológico da cidade – a *skyline* – composta na Cidade Baixa de vários prédios, entre os quais destacam-se: a *Igreja Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia*; o antigo *Mercado Modelo* (destruído num incêndio); o prédio da *Alfândega* em construção (atual Mercado Modelo) e algumas edificações do *Cais das Amarras* (ainda à beira-mar, antes dos grandes aterros).

Figura 2: Cidade de Salvador, início do século XIX (Título original: Vue de Bahia. Subtítulos: Victor Frond Photog Aubrun lith. / Imp. Lemercier - Paris)



Fonte:http://www.cidade-salvador.com/seculo19/vista-salvador.htm. Acesso: 06/10/2018

Figura 3: Vista da Cidade de Salvador – fotografia, 1860

Fonte: MELLO, 2004, p.167

Ao adentrarem na Baía de Todos os Santos, os viajantes oitocentistas se impressionavam com a beleza natural da escarpa, capaz de identificar, de forma exclusiva e imediata a cidade que logo era descrita em palavras, desenhos, pinturas e fotografias. Afinal, ao expor uma diversidade de informações na leitura paisagística do ambiente, gerada pelos seus elementos de composição – arquitetônicos, estéticos, iconológicos, fica assegurada à escarpa uma capacidade ímpar de expressão visual, demonstrada pelo impacto que deu à 'vista da cidade' e que poderá permanecer eternamente registrada na memória daqueles que a observaram (MELLO, 2004).

Esse impacto visual pode ser compreendido como fenômeno do universo imagético cristalizado através dos séculos, já que em 1865 fica implícita essa capacidade representativa por meio da citação que se refere ao espaço em que a cidade se descortinava: *"*Quando se chega pela primeira vez à América do Sul, é na Bahia que se deve aportar. Nenhuma outra cidade exprime em tão alto grau o caráter, reproduz tão visivelmente a fisionomia e traz consigo da forma mais frisante a marca da nação a que pertence" (RODOLPHE; AGASSIZ, 1865 *apud* PEÑA, 1994, ap. IV).

A topografia que privilegiava a defesa, associada à sedução inevitável da sua paisagem, fez da baía e da escarpa que a contorna, a mais completa representação iconográfica, ainda hoje a *skyline* que assina a Cidade do Salvador.[1] Embora os comentários elogiosos sobre o exótico e o pitoresco mudassem drasticamente ao se travar os primeiros contatos físicos com a cidade, são através destes relatos[2] que se toma conhecimento das modificações ocorridas no cenário urbano do século XIX, bem como da vida soteropolitana, amalgamando-as assim aos demais temas que constituem a história da cidade e do Brasil (TAVARES, 2001).

Com base nas informações arroladas por PEÑA (1994, ap. IV) sobre os relatos dos viajantes estrangeiros oitocentistas, é possível captar a harmonia visual entre a falésia e o que por sobre ela estava disposto: dos grandes monumentos às edificações mais singulares, que constituíam a 'vista panorâmica da Cidade do Salvador' na virada do século XIX. É nítido o encantamento dos viajantes quando descrevem as cores claras das fachadas antigas das casas *"anfitiatralmente dispostas",* que pareciam *"escalonar as ladeiras"*. Ao analisar tais relatos e os vincular às iconografias capturadas na mesma época, Mello (2004) complementa:

> São relatos que permitem reconstituir mentalmente a paisagem local, formada pelo casario branco ou em tons pastéis, encimado por telhados do mesmo vermelho ocre do barro do próprio solo e que era realçada pelas nuances de um verde exuberante, típico da vegetação nativa da Mata Atlântica. Entre bananeiras e palmeiras, surgiam imponentes, as torres alvas das igrejas barrocas, em

[1] Devido à potencialidade de representação, a paisagem do frontispício foi cuidadosamente escolhida para representar a imagem das cidades brasileiras que seria divulgada no exterior, nas cenas de abertura da primeira telenovela exportada, produzida a cores, em solo nacional: *O Bem Amado (Rede Globo de Televisão, 1973)*, conforme cita Alencar (2003).

[2] A exemplo do relato literário feito por E. Wilberforce (1856 apud PEÑA, 1994, ap. IV), ao fazer as seguintes referências: "Quando você desembarca nela não encontra variação nenhuma em relação à aparência geral das cidades brasileiras [...] ruas cheias de imundice [...] o mercado, a casa da imundice e do tumulto que não acaba mais [...] Negros [...] compradores e vendedores estavam gritando tão alto quanto suas vozes permitiam [...] mulheres falavam precipitadamente [...] gesticulavam [...] papagaios estavam gritando e fazendo vãs tentativas para cantar ou falar, cachorros estavam latindo e macacos tagarelando num clamor sem fim."

> contraste harmônico com a luminosidade intensa e irradiante do céu tropical que se fundia ao azul límpido do Oceano Atlântico. Inevitavelmente, esta paisagem conquistava o olhar dos viajantes enquanto faziam o primeiro contato com a terra, após os longos e demorados cruzeiros transoceânicos – comuns àquela época – em que a vista só alcançava o céu, a linha do horizonte e o mar. (MELLO, 2004, p.197)

O fato do fenômeno urbano se constituir como um dos mais agressivos processos de degradação ambiental, coloca como grande desafio para arquitetos e urbanistas a possiblidade de intervenção na paisagem natural com menor prejuízo possível, buscando preservá-la, já que as peculiaridades do cenário geográfico e natural concentrariam as bases para a construção de uma vigorosa imagem da cidade.

O valor iconológico do frontispício na paisagem da Cidade Baixa (Fig. 4) pode ser reconhecido, inclusive, por ter se tornado uma fonte para vários pesquisadores, que o abordam de forma técnica e o descrevem, considerando seus múltiplos aspectos sobre as questões sociais, históricas e urbanas, no que tange ao processo de evolução da cidade.

Figura 4: Vista panorâmica da Baía de Todos os Santos (cartão-postal, anos de 1900)

Fonte: cartão-postal - acervo pessoal Márcia Mello

Um jogo harmonioso de linhas horizontais e verticais dominam a paisagem (Fig. 4) e facultam uma leitura histórica do frontispício, a despeito das transformações aí ocorridas ao longo do tempo. Todos os elementos se integram às demais construções em estilo eclético localizadas na Cidade Alta: os arcos, a balaustrada, a fachada lateral do Palácio do Governo, a ponta da torre do prédio da *Câmara dos Vereadores*, de leitura medieval, a muralha de contenção da *Ladeira da Montanha*, construída em pedras, permitindo visualizar os dois níveis da cidade em um só. Ao tempo que esse conjunto é percebido, o monumento central da

imagem – o elevador Lacerda - concentra sobre si o olhar do observador, afirmando, assim, seu potencial iconológico e iconográfico.

Essa paisagem, dominada pelo porto, única porta da cidade por muitos séculos, faz parte do sitio do Centro Histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). São monumentos de valor arquitetônico e histórico - a exemplo do Elevador Lacerda[3] - que, enquanto elementos icônicos constituintes da paisagem e da imagem da cidade são tombados como parte do conjunto, embora não estejam individualmente amparados pela legislação, o que os coloca em situação de vulnerabilidade (AZEVEDO e LIMA, 1975, CD-Rom).

Convém ressaltar que a presença desse sofisticado meio de transporte vertical em um dos pontos mais importantes da cidade, entendido na leitura iconográfica como símbolo do progresso e do desenvolvimento tecnológico construiu, para a cidade, uma imagem indissociável da modernidade na virada do século XIX.

Antagônica a Cidade Alta, a zona portuária foi descrita de forma particular pelos viajantes oitocentistas que nesse espaço desembarcaram, pois teve a sua beleza natural e a das suas edificações reconhecidas e ressaltadas pela imponência. Entretanto nada sobrepôs o forte impacto causado pela imundice e pelo excêntrico; a insalubridade decorrente do pouco caso com as ruas, dominadas pelos monturos de lixo, ausência de calçamento ou má conservação, foram determinantes no imaginário desses sujeitos (MATTOSO, 1992).

Acrescenta-se ainda a ideia de civilidade abrigada no seio do pensamento europeu da época que compreendia o processo civilizatório a partir de uma linearidade histórica evolutiva, subjugando paisagens e sociedades que fugiam do padrão positivista de progresso, de forma a justificar o neocolonialismo que se alastrava pelos continentes africano e asiático naquele período. A expansão do poderio ocidental com a conquista de novos territórios levou os povos colonizados, considerados inferiores e "bárbaros" a serem submetidos aos ideais da "civilização[i]", lema central do movimento neocolonizador (ALMEIDA, 2017).

O Brasil se enquadrava perfeitamente nesse perfil: do lado de cá do Equador, sob um sol causticante, desenvolvia-se uma sociedade mestiça, marcada pela "preguiça atávica" de negros e índios e moldada pela exuberância indomada da paisagem e do clima, apontadas como condições determinantes, segundo teorias eugenistas vigentes na época. Um projeto de branqueamento da população, acompanhado de intervenções urbanas no molde haussmanniano seriam algumas das principais ações deflagradas para conter os "males" decorrentes desse processo e adequar a população aos padrões vigentes de civilização (ALMEIDA, 2017).

[3] Popularmente apelidado por *Parafuso* (1873), o Elevador Lacerda chamou-se, inicialmente, Elevador Hidráulico da Conceição (Fig. 4), e foi considerado por alguns, o primeiro ícone arquitetônico da modernidade em Salvador, pois foi construído em com audácia, em menos de quatro anos, movido por um engenhoso equipamento hidráulico inglês, superando desafios tecnológicos. Ícone do progresso industrial, modificou hábitos cruciais na formação de uma imagem pejorativa para a cidade. Sua funcionalidade ficou confirmada com a Abolição da Escravatura e o fim das 'cadeirinhas de arruar' (TRINCHÃO, 1999). Esse monumento arquitetônico, ícone parcial na imagem de Salvador, sofreu grandes reformas, transformando sua aparência física, no início do século XX, quando apresentando um estilo *art déco*, veio a se chamar Elevador Lacerda.

As reformas urbanas implementadas nesta época, sob o comando dos higienistas e engenheiros sanitaristas demostravam uma clara preocupação com remodelações ambientais enquanto meio de disciplinamento das classes menos favorecidas. Os médicos e higienistas defendiam com veemência a necessidade de purificação das cidades e das habitações populares, com o objetivo de transformar a casa em um "lar", espaço atrativo e compatível com as expectativas sociais da época e, portanto, capaz de manter os indivíduos longe do alcance ameaçador das ruas, bares e lugares de vícios. A casa, ou melhor, o lar, é reconhecido então como lastro da boa sociedade, espaço de reprodução moral, bem como de formação de caráter. A associação entre pobreza, doença, contágio e insalubridade irá se refletir nas medidas de higienização completa das cidades. Essas relações seriam estabelecidas a partir das condições socioeconômicas e ambientais das classes mais pobres que provocariam e favoreceriam a debilidade na saúde.

A promiscuidade, a sujeira, o amontoamento de pessoas em pequenos espaços que ferem a intimidade, bem como a bebida e o jogo foram revelados como algumas das causas para as doenças entre os pobres. Essas ideias aparecem sob efeito de uma distorção ao afirmar que a pobreza em si não é apenas um meio de veiculação de doenças ou um fator de risco, mais sim um fim, ou seja, ela é a própria doença, desencadeada por hábitos e comportamentos considerados daninhos à sociedade. A doença deixa de ter um aspecto eminentemente social para adquirir uma forte conotação moral.

Assim a preocupação com a desodorização e desinfecção dos espaços passa pela necessidade de se proceder a completa erradicação das habitações populares consideradas fora dos padrões de salubridade. Um dos casos mais famosos foi a ação desencadeada - na gestão do prefeito Barata Ribeiro - para desocupação do cortiço "Cabeça de Porco" (1893), que culminou com a demolição das habitações ainda ocupadas. O prefeito, acompanhado de outras autoridades locais, presenciou todo o desenrolar dos acontecimentos e comandou, junto ao chefe de polícia da Capital Federal, as operações de cerco policial, invasão e demolição do imóvel considerado pela Inspetoria Geral de Higiene como insalubre (ALMEIDA, 2017).

Durante o século XIX as condições higiênicas da cidade do Salvador junto aos costumes dos habitantes, sobretudo das classes pobres, mostraram-se incompatíveis com uma sociedade "civilizada". Neste ponto, a civilização se apresenta como um projeto universalista que deverá envolver toda a população. O projeto de higienização das cidades traz em seu contexto o disciplinamento não apenas dos espaços públicos mais sobretudo dos corpos que transitam por estes espaços. A normatização das habitações através da regulamentação e institucionalização dos princípios higienistas permitiu que este disciplinamento penetrasse o espaço privado.

Curiosamente essa mentalidade continua presente e se manifesta nas várias formas de segregação espacial que se manifesta por exemplo, no investimento e tratamento desigual dado ao espaço urbano ou na degradação permissiva de algumas áreas da cidade como ocorre com o Centro Antigo.

A IMAGEM E A FALÉSIA: ENTRE AS CIDADES ALTA E BAIXA

Até final do século XIX, quando foi instalado o Elevador Lacerda, as ladeiras foram o principal meio de integração entre as cidades alta e baixa. Por ali passavam diariamente, mercadorias e produtos que abasteciam a Cidade Alta, lugar de residência, ao passo que a Cidade Baixa concentrava as atividades portuárias e comerciais.

As ladeiras, portanto, iriam se corporificar enquanto espaços de sociabilidade, simbólica e culturalmente constituídos como locais de passagem pelo trânsito de mercadorias, bens e pessoas. Esses espaços transitórios entre o alto (Cidade Alta) e o baixo (Cidade Baixa) se revelariam como territórios neutros, limbo social, capaz de abrigar no seu seio atividades, comportamentos, hábitos e estilos de vida transgressores. Foram nessas ladeiras que se abrigou o meretrício; que acolheram malandros, prostitutas e proxenetas, tipos imortalizados na literatura pelo escritor baiano Jorge Amado.

Entre as ladeiras mais significativas destacam-se a da Conceição, da Montanha e da Preguiça. A ladeira da Conceição da Praia testemunhou o esforço de deslocamento da tripulação comandada por Tomé de Souza em 1549, em direção ao alto da escarpa, por ocasião da instalação do núcleo original da cidade (GOMES e ABADDE, 2015).

A ladeira da Conceição destaca-se como uma das mais antigas, iniciando-se no sopé da montanha onde foi erguida a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Revelou-se, porém, muito íngreme para o tráfego dos carros de boi e cadeirinhas de arruar, que passaram a circular pela ladeira da Preguiça, construída para este fim.

A ladeira da Montanha, inaugurada na administração do Barão Homem de Melo, cujo projeto, elaborado em 1873, de responsabilidade do engenheiro Francisco Pereira Aguiar, executado 5 anos mais tarde e concluída em 1885. Escavada na rocha e sustentada por arcos que podem ser observados da ladeira da Conceição da Praia, era menos íngreme e apresentava as condições e inclinação necessárias para o tráfego de bondes puxados a burro. Pela sua proximidade com o porto, firmou-se como zona de prostituição, ganhando notoriedade através da literatura (GOMES e ABADDE, 2015).

A ladeira da Preguiça compõe, junto às outras acima citadas, o conjunto das três primeiras ladeiras construídas em Salvador, cujo principal papel era facilitar o acesso ao mar e ao porto. Incialmente batizada de Tira Preguiça, era por onde transitavam mercadorias para o abastecimento da população. Diariamente, escravos subiam com pesados fardos, sob o mote “sobe preguiça” que conjugado por moradores e feitores, acabou por dar origem ao topônimo da ladeira (GOMES e ABADDE, 2015).

Embora o conjunto arquitetônico original tenha sofrido reveses, ocasionados pelos sucessivos desabamentos e deslizamentos de terra que destruíram várias edificações ao longo dos dois últimos séculos, o frontispício da cidade mantém seu perfil praticamente inalterado. Alguns elementos, como o Elevador Lacerda, acrescentaram identidade e legibilidade ao lugar (LYNCH, 1988) tornando-o reconhecível em qualquer parte do mundo.

Os acidentes que ocorreram ao longo do tempo revelam o caráter frágil e a vulnerabilidade desse conjunto. A topografia acidentada, aliada ao casario colonial fragilizado pelas intempéries, falta de manutenção e uso inadequado dos seus espaços foram decisivos para o desmantelamento dessa paisagem.

Este cenário, porém, não se compõe apenas de elementos urbanísticos convencionais, é formado por agrupamentos de casas e edificações irregulares que se equilibram por sobre as falhas da escarpa, desafiando a gravidade. Destacam-se aí as comunidades do Unhão e Gamboa de Baixo, além da ocupação dos arcos da muralha.

O núcleo original da cidade do Salvador prolongou-se pela costa continental, avançando em direção a península itapagipana ao norte, e ao sul acompanhou a falha geológica que se estende pela Av. Contorno até a Vitória e ladeira da Barra. Ao longo da costa continental da Baía de Todos os Santos, a paisagem urbana chama atenção pelas dramáticas diferenças na sua composição. Do Bonfim, passando pela Ribeira até a península de Itapagipe, encontra-se um conjunto arquitetônico com características vernaculares, de baixa densidade edilícia, face a verticalização rarefeita e edificações remanescentes do período (1891-1947) em que abrigou indústrias.

O bairro do Comércio, por sua vez detém a imagem do frontispício da cidade, cuja composição cenográfica foi alterada por sucessivos aterros que iriam ampliar a área edificável no sopé da falésia. Mediadas pelo verde exuberante que se estende pela encosta, duas linhas paralelas de construções se sobrepõem – o Comércio, na Cidade Baixa; logo acima enfileiram-se edificações administrativas, religiosas e residenciais que compõem o centro antigo. Acompanhando o serpentear da falha geológica que se prolonga pela Avenida Contorno, encontram-se as ocupações espontâneas do Unhão, próxima ao conjunto arquitetônico colonial de mesmo nome, e a comunidade da Gamboa de Baixo. Mais adiante começam a brotar das escarpas os edifícios residenciais de altíssimo luxo, assentados em um dos trechos mais cobiçados da cidade do Salvador, o corredor da Vitória.

Essa paisagem sintetiza na sua iconografia a formação da sociedade baiana ao longo dos séculos, permeada pela segregação e discriminação difundida por uma economia escravocrata. Assim, do Comércio até a península itapagipana, distribuem-se habitantes das camadas mais populares. A Avenida Contorno e suas imediações revelam-se como uma das áreas mais vulneráveis ao processo de gentrificação. Mudanças significativas na composição da paisagem urbana vêm tomando lugar nesses espaços: prédios de luxo substituem o casario até então predominante, ameaçando de expulsão uma população ali instalada a muitas gerações.

PATRIMONIALIZAÇÃO E VULNERABILIDADE

A partir da década de 1980, o conceito de tombamento ganha uma nova expressão. Com a intensificação de processos multiculturais e a organização ampliada de diversos movimentos sociais que começam a explodir no seio da sociedade urbana no período pós-ditadura militar, a UNESCO trouxe para o bojo da discussão os valores ligados a bens imateriais. Para além de

sítios arquitetônicos ou monumentos isolados, as relações sociais, os acontecimentos, as manifestações culturais e a vida humana que se desenrola ao redor dos artefatos históricos, também devem ser preservados e relacionados às transformações do patrimônio. Segundo Fois-Braga (2010, p.191):

> [...] a cultura objetivada que tombava patrimônios com significado linear, cedeu espaço à visão de uma cultura processual, em que os patrimônios estão constantemente reinventando seus significados, com seus valores simbólicos alterando-se e se re-articulando de acordo com os grupos que se posicionam perante a eles. (FOIS-BRAGA, 2010, p.191)

As relações de patrimonialização se estendem aos bens arquitetônicos, urbanísticos, artísticos, ambientais e culturais, evocando um novo imaginário sobre a paisagem. Com a expansão das novas formas de representações através dos tombamentos, o Estado busca um denominador comum para garantir as aparentes contradições das diversas memórias de grupos sociais, patrimônios artísticos e culturais, além de referências de preservação ambiental. Tais ampliações dos conceitos de cultura e de novas inserções patrimoniais abriram possibilidades de outros atrativos dentro dos destinos turísticos já consolidados e a estruturação de novos roteiros, construindo uma nova cartografia imaginária.

Surge então um novo modo de ressignificação, proteção e valorização, que acaba por incentivar disputas sobre territórios e regiões vistos como potenciais cartões postais. A costa litorânea, sobretudo as áreas centrais inseridas em centros históricos, destacavam-se como elemento estratégico e sedutor, por sua conformação natural e morfológica, interessante como produto turístico pronto a ser comercializado, inclusive pelos especuladores imobiliários.

Conforme Fernandes (2006, p.51), “a mercantilização da vida urbana e da cidade é um fenômeno de longa duração e tem constituído, de diferentes formas, a sua história desde a chamada cidade antiga”. Nesse sentido, há uma atração de investimentos e deslocamentos turísticos cada vez mais intensos, agregando-se o valor da novidade a espaços fragmentados, segmentados e excludentes, dos quais patrimonialização e cenarização são partes constituintes.

A memória urbana também se configura como um dispositivo, sendo capturada e utilizada a esmo em inúmeros processos contemporâneos. Ela, a memória, invade a arte, a política, os direitos humanos, numa espécie de fenomenologia do passado presente. Esse processo foi iniciado na década de 1970, através de restauros historicizantes de antigos centros urbanos, da proliferação de cidades-museus e do comércio nostálgico inserido na criação de paraísos de entretenimento mundo afora, moldados pelas superfícies do simulacro (HARVEY, 2000). Isso resulta nos atuais modelos competitivos e internacionalizados de “renovação urbana”. As cidades são clonadas à guisa de uma duplicação patrimonial e do renascimento perpétuo do kitsch (JEUDY, 2005).

No caso do frontispício, incluindo seus principais elementos paisagísticos e iconográficos, ele funciona como um cartão postal, solidificado quando se lhe impõe um

sentido de espetáculo. Ao mesmo tempo que a lógica da conservação patrimonial o eterniza no *skyline* da cidade, ele é atravessado pelas transformações cotidianas reveladas pelas práticas invisibilizadas, mas que pulsam no próprio fazer da cidade: vivências sociais, agentes, resistências e acontecimentos, como o trabalho desenvolvido pelos artífices nos arcos da Ladeira da Conceição da Praia, vista em fotografias recentemente capturadas (Fig. 5 e 6)

Figuras 5 e 6: Ladeira da Conceição da Praia – arcos e artífices

Fontes: https://www.facebook.com/artificesdaladeira?fref=ts . Acesso 02/11/18 e http://www.defensoria.ba.def.br/portal/index.php?site=1&modulo=eva_conteudo&co_cod=13216 . Acesso em 02/11/18

Segundo Jeudy (2005), com as operações de urbanismo realizadas, os projetos de arquitetura concretizados se transformam, após um tempo relativamente curto, em expressões de uma urbanidade integrada. Esse poder de assimilação, todas as cidades detêm, sendo ele seu próprio enigma.

Em maio de 2015, mês de fortes chuvas sobre a cidade que, naquele período, causaram vítimas fatais nas Ladeiras da Montanha e da Preguiça, e em outras partes da cidade – o debate sobre o Centro Histórico ganhou amplitude popular (movimentos sociais, moradores, comerciantes) e institucional (entidades profissionais de classe e universidades).

Uma série de desdobramentos sucederam a demolição de seis casas na Ladeira da Montanha, entre os dias 21 e 22 de maio daquele ano de 2015, realizada pela Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (SUCOM), com a autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-BA). No dia seguinte (23/05), mais três imóveis (ocupados por uma residência, uma marmoraria e um bordel) foram demolidos na Ladeira da Conceição, também pela SUCOM. As demolições dos

imóveis, ocorreram depois que, no dia 20, um deslizamento de terra atingiu parte das casas na Ladeira da Montanha, causando a morte de uma moradora. Antes, no dia 18, o muro de um casarão desabou sobre duas casas na Ladeira da Preguiça, provocando uma outra vítima fatal (VALLADÃO, 2017).

As primeiras seis casas demolidas, foram construídas entre as duas ladeiras (da Montanha e da Conceição), sendo que três delas tinham a fachada principal voltada para a Ladeira da Montanha. Todos estes imóveis estavam na área de proteção rigorosa definida na Lei Municipal N.º 3.289/83 e na área do Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico, tombado em julho de 1984 (Processo n.º 1.093/1983) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, em 1984, pela UNESCO.

As tragédias sinalizaram para a urgência de discussões públicas sobre o patrimônio histórico da cidade e despertou uma consciência crítica do estado de vulnerabilidade que este se encontra. Ainda segundo Valladão (2017, p.2):

> Os fatos de 2015 nos alertaram que, a ocupação das ladeiras e de outros espaços, formais ou não, organizados junto ao núcleo inicial da cidade, hoje Centro Histórico, por pessoas mais pobres com suas atividades, relações cotidianas e manifestações culturais, sempre se deu em condições de disputa, e esta disputa tem traçado espaços marcados entre aqueles que são, e que não são, melhores estruturadas por terem sido objeto dos planos governamentais de reformas, urbanização e expansão urbana da cidade. Mas o espaço tem também outras marcas de segregação que se fixaram e se reformularam através do tempo, traçadas também pelas regulamentações dos governos sobre o mesmo e que, historicamente, são voltadas para a manutenção de privilégios das elites a ele associada e que os constitui. (VALLADÃO, 2017, p.2)

Este fato, aliado à divulgação que se intensificou nos últimos meses de projetos e investimentos urbanos e arquitetônicos, no Centro Histórico de Salvador, empreendidos tanto pelo Governo como pela da iniciativa privada, sem uma discussão ampla com a sociedade sobre o seu patrimônio público, sinalizam a importância das questões que este trabalho busca sinalizar.

Aquilo que se conhece dos programas arquitetônicos e urbanísticos destes projetos de intervenção, expressa sinais contundentes na direção da ampliação e consolidação da segregação sociorracial, ora instalada no Centro Histórico e na cidade de Salvador e que tem se perpetrado ao longo de sua história ao aderir a um modelo ultrapassado e excludente tanto de urbanismo quanto de arquitetura e que, pautados em referências externas, acaba por promover ações que se inserem em uma política (estado/capital) derivada do que se convencionou denominar planejamento estratégico.

Harvey (2016) afirma que a racialização e discriminação de gênero são antigas e que perpassam toda a história do capitalismo, corroborando a disseminação do patriarcado como elemento estruturante das segregações sócio espaciais que se intensificam nos processos de concentração do capital. Da mesma forma, o capitalismo contemporâneo, associado aos modos de vida burguês, se alimenta da violência e da discriminação de gênero, assim como da desumanização frequente dos negros.

Nesse processo conflituoso de disputa geográfica e de produção da cidade, os consensos são muito rápidos, as leituras muito velozes e as imagens muito impactantes. Os diálogos não acontecem – os dissensos são aniquilados ao máximo, os consensos são autoritários e as permanências ou cristalizações em sociedades periféricas são extremamente cruéis (SILVA, 2015). As sociedades, nesse tipo de contexto, são altamente hierárquicas e os impulsos globais são excessivamente seletivos, portanto, excludentes.

Como forma de garantir uma legitimação, as ações dominantes se apoiam no saber técnico (engenharias, arquiteturas, planejamento), através de um pensamento instrumental e operacional hegemônico, onde os poderes invisíveis buscam formas de visibilidades. Isso, inclusive, se estende a vários campos e áreas de saberes. É possível afirmar que o conhecimento técnico – cientifico, atualmente dominante, acaba por se constituir como "...um ponto arquimédico em torno do qual se articulam as redes dos saberes e das práticas. É deste modo que ele torna o eixo do poder" (RUIZ, 2002, p.20).

Ocorre que o planejamento estratégico, oriundo da Administração, se caracteriza como uma metodologia de gerenciamento empresarial, que direciona as ações da empresa no sentido de atingir objetivos palpáveis, previamente determinados no Plano Estratégico. Iniciado na Harvard Business School ainda na década de 1920, este processo baseia-se na análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*), isto é: na identificação das fraquezas, forças, oportunidades e ameaças que orientariam a adoção de estratégias e ações diante dessas questões, segundo metas e objetivos definidos (OLIVEIRA, 1999).

Dessa forma, o dirigente estaria totalmente orientado no sentido de ter parâmetros para tomada de decisões de forma independente da sua vontade pessoal; elencar as prioridades na resolução dos problemas sejam eles internos ou externos; ou canalizar recursos para áreas de maior resultado dentre outras vantagens (VASCONCELOS FILHO, 1978).

Esse instrumento é então tomado de empréstimo pela administração pública para promover o gerenciamento de cidades a partir de 1973, quando o processo de desindustrialização, desemprego e crise fiscal, promovem uma onda neoconservadora e exige novas formas de pensar a cidade (HARVEY, 1996). No contexto da globalização e da superação das barreiras que permitiram uma ampla circulação internacional de bens, informação e capital, surge a cidade como negócio, que precisa ser gestada por um Estado mais promotor do que administrador e cuja função principal seria articular capitalistas e investidores em torno de projetos e programas voltados para o desenvolvimento urbano capitalista.

Na atual crise do capitalismo, os contrastes que se desenham nas paisagens das cidades contemporâneas se mostram cada vez mais evidentes. As interseções e interações

entre racialização e acumulação do capital são ações permanentemente visíveis e fortemente presentes nos processos de ocupação dos territórios da cidade (HARVEY, 2016). A busca da competitividade internacional através da exploração das vantagens locais, conduz ao aprofundamento da gentrificação, espetacularização dos espaços e segregação sócio espacial, fruto de um capitalismo tardio que teve como respostas nas cidades latino americanas o crescimento rápido, acéfalo e descoordenado (HARVEY, 1996; FREITAG, 2006).

Neste cenário, o planejamento estratégico vem priorizando empreendimentos lucrativos bem como as ambições políticas dos gestores, em detrimento da identidade local historicamente construída. São criados simulacros a partir de estratos e fragmentos históricos (arte, música, dança, tradições religiosas) considerados lucrativos, que neste contexto perdem suas propriedades simbólicas e identitárias para serem resignificados pela indústria do turismo cultural como elementos e/ou cenários exóticos e inusitados que distantes da pobreza onde surgiram, ou se manifestam, adquirem feições assépticas e vendáveis.

Percebe-se que algumas ações pretendem criar cenários históricos de um patrimônio mundial para o turismo, sobre resíduos de um patrimônio urbano e arquitetônico em decadência física e socioeconômica (Fig. 7 e 8), ampliando a dependência de um modelo de intervenção que tem contribuído para a descaracterização da sua constituição histórica, com estetização de vias, passeios e cenários. Em suma, aniquila-se a vida, a dinâmica urbana nessas localidades; uma perda irreparável provocada primeiro pelo abandono e descaso e, posteriormente, pela espetacularização dos espaços, principalmente quando se tratam de espaços historicamente significantes. Essa plástica citadina acaba por impor uma feição pretensamente moderna, contemporânea e atemporal, mas que se revela disforme, inarmônica e fictícia.

Figuras 7 e 8: Ladeira da Montanha – após a demolição de 2015

Fonte: https://www.facebook.com/silvana.olivieri7/photos. Acesso: 10/11/18

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora seja um desafio vencer barreiras sociais, econômicas, raciais e/ou culturais, além de enfrentar os condicionantes de um sítio de grande complexidade, o trabalho se arrisca nesse percurso e busca uma aproximação com esse contexto, através de leituras historiográficas, iconográficas e apreensões da paisagem urbana.

Tendo em vista a atual expansão desenfreada da cidade de Salvador segundo uma lógica de produção por interesses de mercado e, paralelamente, a supressão de políticas públicas voltadas para territórios inseridos em áreas centrais, nos perguntamos: como lidar com a baixa densidade de usos e ocupações de edifícios localizados no bairro do Comércio? Como enfrentar o expressivo número de imóveis degradados e vazios situados no Centro Histórico de Salvador? É possível estimular a geração de propostas urbanísticas e arquitetônicas inclusivas, aproveitamento a infraestrutura existente em áreas consolidadas?

A degradação dos imóveis dessa região invisibiliza, segrega e potencializa a vulnerabilidade dos moradores, principalmente quando o mercado imobiliário associado aos poderes públicos, investe em projetos de requalificação e modernização dos sítios antigos, motivando direta ou indiretamente a remoção da população ali residente. Essas áreas, a despeito de sua fragilidade, ainda não foram tocadas pelos princípios da Ecosofia – articulação ético-política entre os três registros ecológicos (meio ambiente, relações sociais e a subjetividade humana) – que pudessem, de alguma forma, garantir a sua sobrevivência.[4]

Soma-se ainda o fato de que boa parte do Centro Histórico se encontra em ruínas, com algumas edificações sustentadas por escoras há anos, sem que nenhuma ação substancial tenha sido proposta pela administração pública, a não ser, a demolição inevitável, geralmente justificada por alguma tragédia. É fato que muitos imóveis vêm sendo comprados por empresários interessados em investir na área e transformá-la em um shopping a céu aberto, voltado para o turismo.

A despeito das dificuldades enfrentadas pelos moradores dessas áreas, tais como a vulnerabilidade e a pobreza, alguns movimentos de resistência vêm se constituindo ao longo dos últimos anos. Na ladeira da Preguiça se iniciou em 2013 o movimento cultural, “Que ladeira é essa?”, promovendo uma série de atividades educativas e artísticas. Em novembro de 2013, o Decreto nº 24.435, desapropriou 37 imóveis naquela região, destinados a implantação do “Projeto de Requalificação do Entorno da Ladeira da Preguiça e Adjacências” esboçando-se, dessa forma, um conflito de interesses entre moradores, poder público e capital imobiliário.

[4] Como resposta à crise ecológica, Félix Guattari (1990) suscitou uma revisão dos modos de viver no planeta, condizentes ao contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico, para que se operasse uma autêntica revolução política, social e cultural, reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais.

Agregam-se, ainda, outros movimentos populares e associações, tais como: Articulação do Centro Antigo de Salvador; Nosso bairro é 2 de Julho; Associação Amigos de Gegê dos moradores da Gamboa de Baixo; Chácaras do Santo Antônio; Artífices da Ladeira da Conceição; Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH). São grupos que, independente da forma de organização, se destacam como movimentos de resistência ao domínio do capital imobiliário.

Com sua face voltada para a Baía de Todos os Santos, o frontispício da cidade, seguindo a falha geológica de Salvador, foi recentemente redescoberto pelo mercado imobiliário como uma das áreas mais aprazíveis e privilegiadas da cidade. Imóveis de luxo, como o *Clock Marina Residence*, situado a rua Lafayete Coutinho, além de uma série de edifícios suntuosos inseridos ao longo do Corredor da Vitória, começam a transformar a paisagem, dando lugar a um perverso processo de gentrificação que sorrateiramente vem se instalando.

Em suma, é imperativo que esses movimentos ganhem corpo e robustez que lhes habilite ao enfrentamento, tanto do capital imobiliário, quanto das políticas públicas de espetacularização urbana, fazendo valer os direitos sociais e humanos. A diversidade de estratos socioeconômicos que ali coexistem acabam por promover uma luta permanente por condições dignas de urbanidade e habitabilidade, buscando assegurar a sustentabilidade socioambiental do seu sítio histórico.

O trabalho de arquitetos, urbanistas, geógrafos, sociólogos, historiadores, pesquisadores, ativistas e artistas, através de ações contínuas frente a atuação de empresas e corporações que colaboram com políticas compensatórias da exponencial desigualdade social, favorecendo os segmentos mais privilegiados, é mais que urgente. A luta pelo direito à cidade, no atual momento de um Estado de exceção no país, requer a articulação de várias forças de resistência.

Espera-se, assim, que novas ferramentas táticas sejam acionadas e que outras práticas urbanas possibilitem a produção de uma cidade mais democrática, coletiva e plural, capaz de obstruir às artimanhas estratégicas e, sobretudo, ao capital hegemônico, que a tudo quer colonizar.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Ana. Civilização e higiene: das práticas corporais às intervenções urbanas. *Revista Diálogos Possíveis*, Salvador, ano 16, número 1, p 51 - 62, jan./jun. 2017.

AZEVEDO, Paulo Ormindo D. de; LIMA, Vivian Lene R. Correia. *Inventário de proteção do acervo cultural: monumentos do Município de Salvador / Bahia*, *v.I.* Salvador: Editado em CD-ROM, IPAC/Bahia, SIC – Governo do Estado da Bahia, 1975.

CÂMARA, Marcos Paraguassu de Arruda. *Conceição e Pilar: freguesias seculares do centro econômico e do Porto de Salvador até o século XIX.* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, com área de concentração em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador, 1989.

FERNANDES, Ana. Cidades e cultura: rompimento e promessa. In JACQUES, P. B. e JEUDY H. P. (org.) *Corpos e cenários urbanos*. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 51-64.

FOIS-BRAGA, Humberto. *A construção da brasilidade*: *as fases de patrimonialização e os modelos de turismo cultural no Brasil*. In: XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 2010, Niterói (RJ). Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios. Niterói (RJ): UFF, 2010. v. I. p. 182-200.

FREITAG, Barbara. *Teorias da cidade*. Campinas/SP: PAPIRUS, 2006.

GOMES, M. M. ABADDE C. M. de S. *No sobe e desce das ladeiras, Salvador conta a sua história*. XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA. Cadernos do CNLF, Vol. XIX, Nº 02 – Lexicografia, lexicologia, fraseologia, terminologia e semântica. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2015, p. 365-381.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias.* Campinas: Papirus, 1990.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo.* São Paulo: BOITEMPO, 2016

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Revista *Espaço & Debates* nº 39 - 1996 p. 49 a 65. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2078563/mod_resource/content/1/Harvey_Do%20gerenciamento%20ao%20empresariamento%20%281%29.pdf. Acesso em 05/10/2018.

_____. *Condição pós-moderna.* (1.ed. 1989) 9. ed. São Paulo: LOYOLA, 2000.

JEUDY, Henri-Pierre*. Espelho das cidades.* Rio de Janeiro: CASA DA PALAVRA, 2005.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo, MARTINS FONTES, 1988

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX uma província no Império.* Rio de Janeiro: NOVA FRONTEIRA, 1992.

MELLO, Márcia Maria Couto. *Salvador Multimagética: a imagem do bairro do Comércio construída através de cartões-postais (1890-1950).* Dissertação de Mestrado do PPGAU – Faculdade de Arquitetura/ UFBA. Salvador, 2004. 264f.

OLIVEIRA, Fabricio Leal: A Metáfora Cidade-Empresa no Planejamento Estratégico de Cidades. *IPP UR Cadernos do Instituto Pereira Passos* - Rio de Janeiro, Ano XIII, No 1, 1999, p. 141-161. https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/276/85#page=135. Acesso em 12.04.2018

PEÑA, Jorge Villota. *A imagem ambiental urbana do comércio no século XIX.* Dissertação de Mestrado do PPGAU – Faculdade de Arquitetura/ UFBA. Salvador, 1994.

RAHY, Izarosara Borges. *Cartografia e iconografia de Salvador do século XVII: análise das produções portuguesa e holandesa.* Dissertação de Mestrado do PPGAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / UFBA. Salvador, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial.* São Paulo: EDUSP, 2000.

RUIZ, C.: *Os labirintos do poder*: *o poder (do) simbólico e os modos de objetivação*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004

SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil Colonial.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SILVA, Ariadne Moraes. *O conceito de diagrama na interface da arquitetura: a emergência da abordagem diagramática na produção contemporânea*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2015

SIMAS FILHO, Américo. Evolução urbana da Cidade do Salvador de 1549 a 1800. *CEAB – Separata da Revista de Cultura da Bahia* n.14 / Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1982.

_____. (coord.). *Evolução física de Salvador.* Salvador: FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS / CEAB – UFBA, circulação restrita, 1998.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia.* 10.ed. São Paulo: EDUSP, EDUFBA, 2001.

TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa. *O 'parafuso': de meio de transporte a cartão-postal.* Dissertação de Mestrado do PPGAU – Faculdade de Arquitetura / UFBA. Salvador, 1999.

VALLADÃO, Solange. *Portal de Santa Luzia: uma alegoria para a relação entre segregação social e as formas de fazer cidade e urbanismo no Centro Histórico de Salvador*. Dissertação de Mestrado do PPGAU – Faculdade de Arquitetura/ UFBA. Salvador, 2017, 120f.

VASCONCELLOS FILHO, Paulo de. Afinal, o que é planejamento estratégico? *Revista de Administração de Empresas.* São Paulo, v. 18, n. 2, p. 07-14, June, 1978. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901978000200002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 07/10/2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901978000200002.